



ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS
DO ESTADO DO AMAZONAS

RELATÓRIO 2015

Manaus – AM
2015

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

COMPOSIÇÃO
_BIÊNIO 2014-15

Conselheiro Josué Claudio de Souza Filho
Presidente

Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior
Vice-Presidente

Conselheiro Antônio Júlio Bernardo Cabral
Corregedor

Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro
Ouvidor

Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva
Coordenador Geral da Escola de Contas Públicas

Mário Manoel Coelho de Mello
Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos
Auditor Mário José de Moraes Costa Filho
Auditor Alípio Reis Firmo Filho

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Procurador-Geral
Procurador Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Procuradores de Contas
Procurador Carlos Alberto Souza de Almeida
Procuradora Elizângela Lima Costa Marinho
Procuradora Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça
Procurador Evanildo Santana Bragança
Procuradora Evelyn Freire de Carvalho
Procurador Ademir Carvalho Pinheiro
Procuradora Elissandra Monteiro Freire Alvares
Procurador João Barroso de Souza
Procurador Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Mirtyl Fernandes Levy Júnior
Secretário do Tribunal Pleno

Pedro Augusto Oliveira da Silva
Secretário Geral de Controle Externo

Fernando Elias prestes Gonçalves
Secretário Geral de Administração

Coordenador Geral da Escola de Contas Públicas
Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva

Diretor Geral da Escola de Contas Públicas
Harleson dos Santos Arueira

Diretor do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
Francisco Antônio Pinto Neto

Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro
Djane Maciel de Medeiros

SERVIDORES

Cynthia Mara Furtado Furtado Bélem
Clara Rubia Belota de Queiroz
Érika Alves de Araújo
France Clayre Moutinho da Silva Melo
Jaqueline Dantas Berredo
Mara Eduvirgem Belém Pereira

ESTAGIÁRIOS

Janaína Menezes de Souza
Mara Nayana Lima da Cruz
Sadraqui dos Santos Gomes

RESUMO DAS AÇÕES 2015

- ✓ APLICAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES – LNT;
- ✓ ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO PLANO ANUAL DE TREINAMENTO – PAT;
- ✓ AULA MAGNA COM O MINISTRO MAURO CAMPBELL – MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA;
- ✓ SEMANA DE CAPACITAÇÃO COM PREFEITOS, PRESIDENTES DE CÂMARA, SAAE E FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS;
- ✓ SEMANA DE CAPACITAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO;
- ✓ PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA GESTORES: LIDERANÇA - DEGESP;
- ✓ EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – PCS;
- ✓ EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – PJAM, COM MÓDULOS PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA;
- ✓ EXECUÇÃO DE CAPACITAÇÕES PARA A SOCIEDADE CIVIL;
- ✓ IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA AGENTES DE CONTROLE SOCIAL – PROFAC;
- ✓ CADASTRAMENTO E FORMAÇÃO DE INSTRUTORES;
- ✓ SEMANA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL;
- ✓ PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS;
- ✓ II CONGRESSO AMAZÔNICO DE GESTORES;
- ✓ PARCERIAS E ASSINATURA DE TERMOS DE COOPERAÇÃO COM ESCOLAS DE FORMAÇÃO;
- ✓ PARCERIAS COM SEBRAE;
- ✓ PARCEIRA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM NO I CONGRESSO DE DIREITO PÚBLICO;



ATIVIDADES REALIZADAS PELO PCS

CURSOS	Nº CAPACITADOS
APOSENTADORIA E PENSÃO	57
OS 7 HÁBITOS DAS PESSOAS ALTAMENTE EFICAZES	10
OS 7 HÁBITOS DAS PESSOAS ALTAMENTE EFICAZES II	4
OS 7 HÁBITOS DAS PESSOAS ALTAMENTE EFICAZES III	3
OS 7 HÁBITOS DAS PESSOAS ALTAMENTE EFICAZES IV	6
OS 7 HÁBITOS DAS PESSOAS ALTAMENTE EFICAZES V	5
SEMANA DE TI	20
PORTAL E-CONTAS	27
SEMANA DE RESPONSABILIDADE FISCAL	48
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - ABERTURA	3
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 1	63
CONTROLE PATRIMONIAL	23
AFIM - CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL	17
PCG: LIDERANÇA E PRODUTIVIDADE - ABERTURA	77
PCG: LIDERANÇA - MÓDULO 1	34
COMO CONSTRUIR PROJ. BÁSICOS E TERMOS DE REFERÊNCIA	27
FORMAÇÃO DE MULTIPLICADOR INTERNO DE TREINAMENTO	12
OFICINAS TÉCNICAS E-CONTAS: PRESTAÇÃO DE CONTAS	102
OFICINAS TÉCNICAS: CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	90
OFICINAS TÉCNICAS: LICITAÇÕES E CONTRATOS	113
OFICINAS TÉCNICAS: FUNDEB	83
LICITAÇÃO E CONTRATOS: GESTÃO DE PROCESSOS	36
SEMANA DE CONTROLE EXTERNO: AUDITORIA GOVERNAMENTAL	115
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 2	93
AULA INAUGURAL	75
CURSOS FORA DO ESTADO	67
CURSO BRIGADA DE INCÊNDIO	37
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 3: LICITAÇÕES E CONTRATOS	77
E-CONTAS	7
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	8
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E GESTÃO DE CONFLITOS	28
PCG: LIDERANÇA - MÓDULO 2: LIDERANÇA E EQUIPE	31
FORMAÇÃO DE MULTIPLICADOR INTERNO DE TREINAMENTO II	14
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 4: PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	90
APERFEIÇOAMENTO DE INSTRUTORES	14
OFICINAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS À LUZ DA LC 147/2014 E OUTRAS LEGISLAÇÕES CORRELATAS	18
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DEVER DE PRESTAR CONTAS: NOÇÕES GERAIS DE SERVIDOR PÚBLICO	21
CURSO COMPLETO DE DIREITO FINANCEIRO	16
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 5: CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	99
ESTATÍSTICA BÁSICA	17
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	29
COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA	15
OFICINA TÉCNICA: APOSENTADORIA E PENSÃO	12
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	42
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 6:	43
EMPREGABILIDADE E EMPREENDEDORISMO	51
EXCEL AVANÇADO	10
CEDAF - MÓDULO XVII	110
CONGRESSO AMAZÔNICO	45
PRESTAÇÃO DE CONTAS E TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	13
A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE	21
INFORMÁTICA BÁSICA	6

WORD BÁSICO	9
EXCEL BÁSICO	8
WORD AVANÇADO	23
PLANILHA DE ORÇAMENTOS DE OBRAS COM O NOVO SINAPI	35
TREINAMENTO VIVENCIAL AO AR LIVRE	20
TOTAL DE CAPACITADOS	2179



Semana de Controle Externo



Semana de Controle Externo



Aposentaria e Pensão



Projetos Básicos e Termos de Referência



Planejamento com gestores do TCE



Reunião com parceiros SEDUC, ESPI, SEMED

ATIVIDADES REALIZADAS PELO PCJAM

CURSOS	Nº CAPACITADOS
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DEVER DE PRESTAR CONTAS	818
NOÇÕES GERAIS DE CONTROLE EXTERNO	647
APOSENTADORIA E PENSÃO	23
SEMANA DE RESPONSABILIDADE FISCAL	62
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - ABERTURA	64
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 1	40
CONTROLE PATRIMONIAL	12
PCG: LIDERANÇA E PRODUTIVIDADE - ABERTURA	66
PCG: LIDERANÇA - MÓDULO 1	5
COMO CONSTRUIR PROJ. BÁSICOS E TERMOS DE REFERÊNCIA	11
ENCONTRO COM OS PREFEITOS	56
ENCONTRO COM OS PRESIDENTES DE CÂMARA	55
CURSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS / E-CONTAS	33
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 2	40
AULA INAUGURAL	225
I CONGRESSO DE DIREITO PÚBLICO - CONTROLE EXTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	900
OFICINA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA DE LICITAÇÃO	38
OFICINA PREGÃO ELETRÔNICO	35
OFICINA DE ARBITRAGEM E DIREITOS HUMANOS	450
APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIAS	120
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ACESSO À EDUCAÇÃO	350
SERVIDORES PÚBLICOS (2ª ETAPA)	583
ADMISSÃO DE PESSOAL (2ª ETAPA)	541
PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL (3ª ETAPA)	645
SISTEMAS DE REGISTROS DE PREÇOS (3ª ETAPA)	645
NOÇÕES GERAIS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (4ª ETAPA)	613
EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (4ª etapa)	586
RESPONSABILIZAÇÃO DOS FISCAIS DE CONTRATOS (4ª etapa)	586
AGENTES PÚBLICOS (ECP Itinerante)	471
APOSENTADORIA (ECP Itinerante)	471
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ECP Itinerante)	471
CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS (ECP Itinerante)	471
DIREITOS E DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO (Centro de Mídias)	222
EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO (Centro de Mídias)	160
LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Centro de Mídias)	160
COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA E REDAÇÃO OFICIAL NA ADMINSITRAÇÃO PÚBLICA (Centro de Mídias)	202
APOSENTADORIAS E PENSÕES - PROCEDIMENTOS E ROTINAS PARA CÁLCULOS (Centro de Mídias)	87
CONVÊNIOS: PROPOSIÇÃO, CELEBRAÇÃO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS (Centro de Mídias)	194
ESTATÍSTICA	0
SAP E-CONTAS	43
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 3	179
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 4	52
CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 5	102
OFICINA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS À LUZ DA LC 147/2014 E OUTRAS LEGISLAÇÕES CORRETAS	77
CURSO DE DIREITO FINANCEIRO	3
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	35

CICLO DE ESTUDOS EM DIREITO ADM. E FINANCEIRO - MÓDULO 6	18
OS 7 HÁBITOS DAS PESSOAS ALTAMENTE EFICAZES II	3
OS 7 HÁBITOS DAS PESSOAS ALTAMENTE EFICAZES III	8
OS 7 HÁBITOS DAS PESSOAS ALTAMENTE EFICAZES IV	6
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	30
CEDAF - MÓDULO XVII	23
CONGRESSO AMAZÔNICO	373
FUNDEB - (Centro de Mídias)	50
DEVER DE PRESTAR CONTAS - (Centro de Mídias)	36
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	44
ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO	39
INFORMÁTICA BÁSICA	1
TOTAL DE CAPACITADOS	12280



Reunião com Prefeitos Março/2015



Reunião com Prefeitos Março/2015



Reunião com Presidentes de Câmara Municipal



PCJAM - Maués



PCJAM – Tabatinga



Ciclo de Estudos em Direito Administrativo e Financeiro– Auditório TCE

ATIVIDADES REALIZADAS PARA A SOCIEDADE CIVIL

CURSOS	Nº CAPACITADOS
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	310
SEMANA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	145
ATIVIDADES COMPLEMENTARES 1ª ETAPA	248
ATIVIDADE COMPLEMENTARES 2ª ETAPA	321
ATIVIDADE COMPLEMENTARES 3ª ETAPA	509
ATIVIDADE COMPLEMENTARES 4ª ETAPA	353
OFICINA FUNDEB	31
PROFAC	124
PALESTRAS ITINERANTE	800
TOTAL DE CAPACITADOS	2841



Lançamento PROFAC



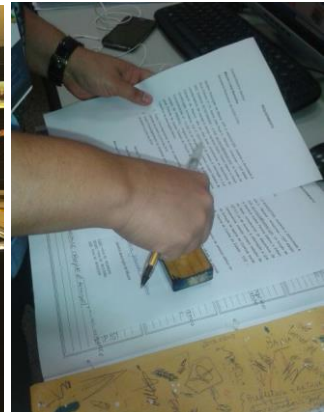
PROFAC - Módulo 1



PROFAC em ação



PROFAC - Atividades



PROFAC - fiscalização



PROFAC -Planejamento Tutoria



Oficina – Conselhos de Políticas Públicas

PROFAC

O Programa de Formação de Agentes de Controle Social foi idealizado no ano de 2015, pelo Tribunal de Contas do Estado, e implantado através da Escola de Contas Públicas com o objetivo de possibilitar à sociedade civil condições de participação nos processos de controle social das contas públicas.

O cenário atual na administração pública a carência de conhecimentos sobre o tema administração pública, a ausência de uma maior efetividade dos agentes de controle social; o excesso de irregularidades apresentadas pelo controle externo do TCE/AM; fraudes e corrupções tem ocupado o cenário nacional sinalizando posições imediatas dos órgãos de fiscalização e enfim, o crescente dinamismo da sociedade civil em torno de temas de interesse social, cultural, ambiental e econômico tem colocado um problema específico relativo à interface desta (sociedade civil) com a Administração Pública.

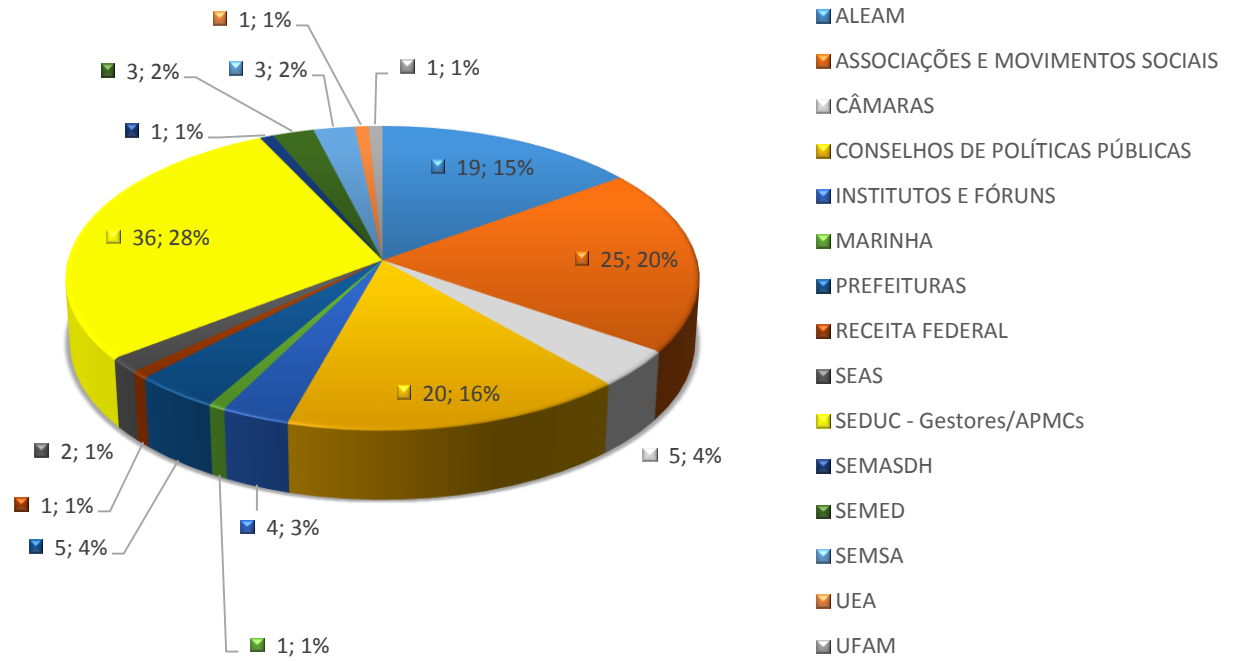
O PROFAC tem como público alvo:

- Membros da sociedade civil dos Conselhos Estaduais e Municipais:
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério - CACS – FUNDEB
- Conselho de Alimentação Escolar – CAE
- Conselho de Saúde
- Conselho de Assistência Social
- Conselho do Programa Bolsa Família
- Representantes dos Sindicatos de trabalhadores
- Representantes das Associações
- Representantes das Entidades religiosas
- Alunos com maioria e professores da Educação Superior e da Educação Básica
- Organizações não-governamentais

A metodologia contou com duas etapas, sendo a 1ª a de seleção e matrícula de cursistas. Com um limite de 150 vagas, onde os cursistas foram distribuídos para 5 tutores. Nesta primeira etapa os cursistas assistiram seis módulos com temas relativos a administração pública e o controle social, com acompanhamentos da tutoria, durante e no intervalo dos módulos, contando sempre com atividades práticas de controle social nas instituições públicas.

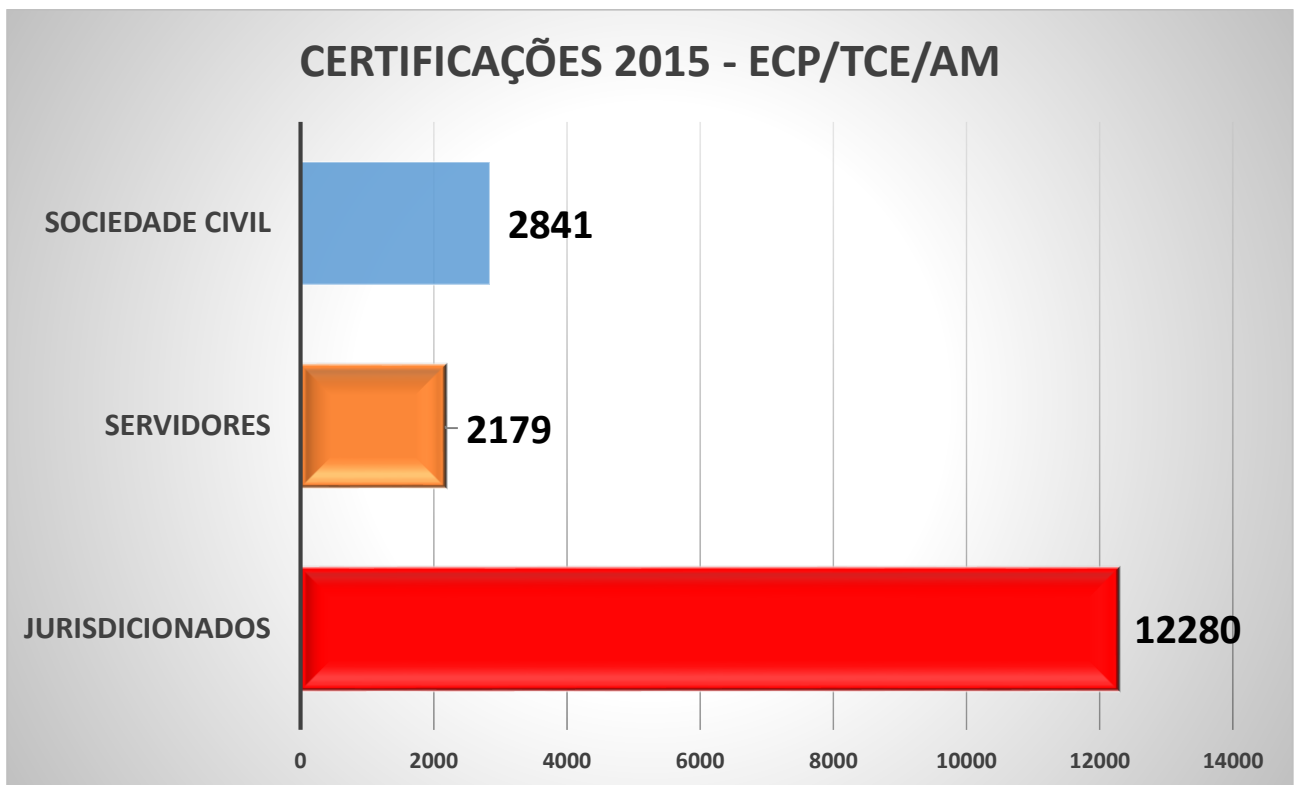
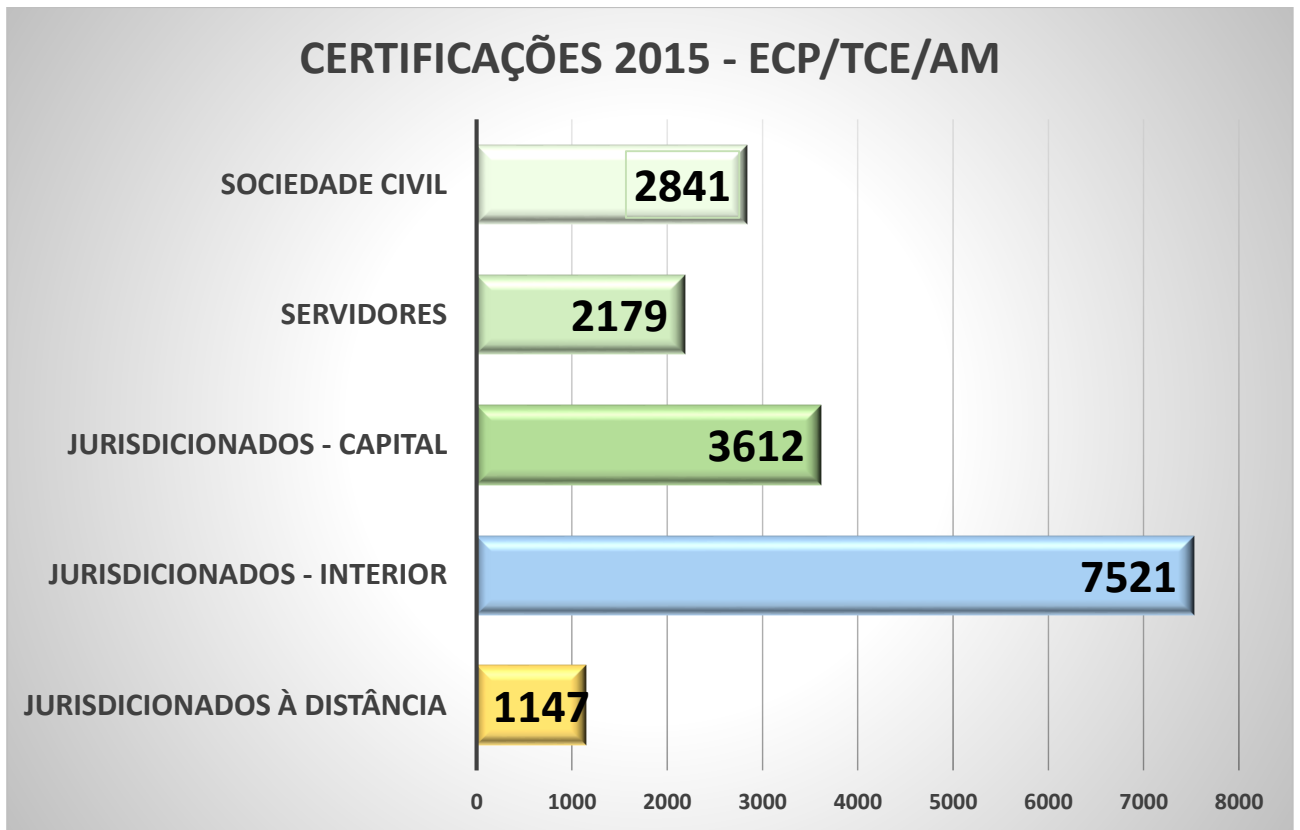
Neste primeiro ano, o PROFAC teve 124 cursistas certificados. Assim sendo, na 2ª etapa desta implantação, os cursistas obtiveram resultados esperados como a formação de lideranças e agentes de controle e fiscalização dos gastos públicos, a preparação de multiplicadores de conhecimento na área de controle social e a criação de canais de comunicação entre a sociedade civil e o Estado;

CURSISTAS PROFAC



PROFAC - Módulo 6

CERTIFICAÇÕES 2015



BIÊNIO 2014_2015

APRESENTAÇÃO

A Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas foi criada em 29 de fevereiro de 2008. A Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – ECP/TCEAM foi criada pela Lei nº 3452 de 10 de dezembro de 2009 e destinada ao desenvolvimento de estudos relacionados às técnicas de controle da Administração Pública, ao planejamento e execução de ações aplicadas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas e, ainda, à realização de treinamento de gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados e aos setores da sociedade civil organizada. A Resolução nº 05 de 11 de maio de 2015 regulamentou a ECP/TCEAM e altera e consolida o seu regimento interno.

A Escola de Contas Públicas funciona no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, tendo sua nova sede em construção anexa às instalações do TCE/AM, mas em prédio próprio, com seu funcionamento previsto para o início do ano de 2016.

No biênio 2014/2015, o Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva retorna à Coordenação-Geral da Escola de Contas Públicas e mostra as inovações pedagógicas em suas ações de formação, que alcançaram todo o Estado do Amazonas, garantindo o acesso ao conhecimento, conforme observa o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (2014/2015), Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho: “O Tribunal orienta para não punir”.

Os cursos para os servidores, atualmente, originam-se do Plano Anual de Treinamento (PAT) da Escola de Contas, que tem como base o Programa de Gestão por Competências, elaborado pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DEGESP, alinhado com o levantamento de demandas de cursos aplicado pela ECP/TCE/AM. Na política de formação aos servidores, ainda constam os seminários, congressos, visitas técnicas e similares, bem como, cursos presenciais e a distância no Estado do Amazonas e nos demais Estados da federação.

As formações para os jurisdicionados baseiam-se nas demandas captadas dos ofícios, encaminhados pelas administrações diretas e indiretas de todo o Estado, assim como, das constatações pesquisadas pela ECP junto ao Controle Externo sobre as notificações oriundas das fiscalizações feitas nas instituições dos municípios do Estado.

Atualmente, a ECP inova com o Programa de Formação de Agentes de Controle Social – PROFAC, que tem como objetivo possibilitar à sociedade civil, condições de participação nos processos de fiscalização e controle social das contas públicas. Com a primeira formada e 150 matriculados após processo seletivo, o encerramento ocorreu em novembro de 2015 com 124 cursistas certificados. Os participantes são os líderes de bairros, membros de movimentos sociais, conselheiros de políticas públicas, professores/gestores e membros da sociedade civil.

Este Programa é uma novidade nas formações oferecidas pelos Tribunais de Contas considerando seu objetivo de formação, de atendimento e acompanhamento, com

tutoria à sociedade civil, em temas diversos e de interesse para o Controle Social dos gastos públicos, contribuindo assim, para a efetividade da administração pública.

No ano de 2015 a Escola de Contas Públicas, além de aumentar seus cursos, acrescentou ao seu calendário de Formações o Ciclo de Estudos em Direito Administrativo e Financeiro com a finalidade de aprimorar e aprofundar habilidades técnicas e jurídicas nas referidas áreas propostas através de conhecimentos específicos de sua atuação, aliado aos pressupostos do direito à capacitação. Realizou ainda o II Congresso Amazônico de Gestores Públicos.

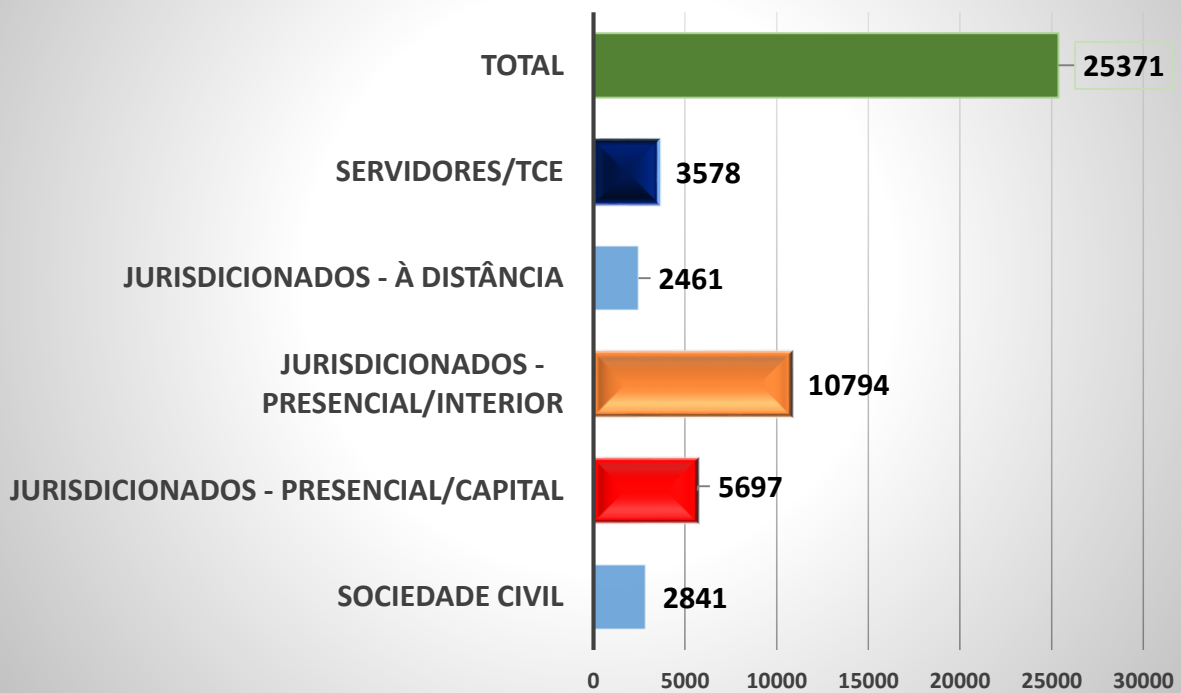
Depois de atingir mais de 24 mil certificações destinadas aos jurisdicionados, servidores públicos e a sociedade civil, a Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (ECP/ TCE-AM), integrando agora o Sistema de Ensino do Estado do Amazonas, se soma às poucas escolas de governo no país aptas a oferecer cursos de pós-graduação, sem a celebração de convênios. A inserção da ECP no sistema educacional aconteceu por meio do decreto nº 36.253, de 18 de setembro de 2015, assinado pelo governador do Estado do Amazonas.

Com a integração ao Sistema Estadual de Ensino, a Escola de Contas Públicas se credencia junto ao Conselho Estadual de Educação - CEE, para oferecer cursos de especialização em nível *lato sensu* aos jurisdicionados, aos servidores públicos e aos demais interessados, ação esta, que já existe em parcerias com instituições de ensino superior. Para tanto elabora seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI que terá metas para os próximos cinco anos, conforme exigência da legislação educacional vigente.

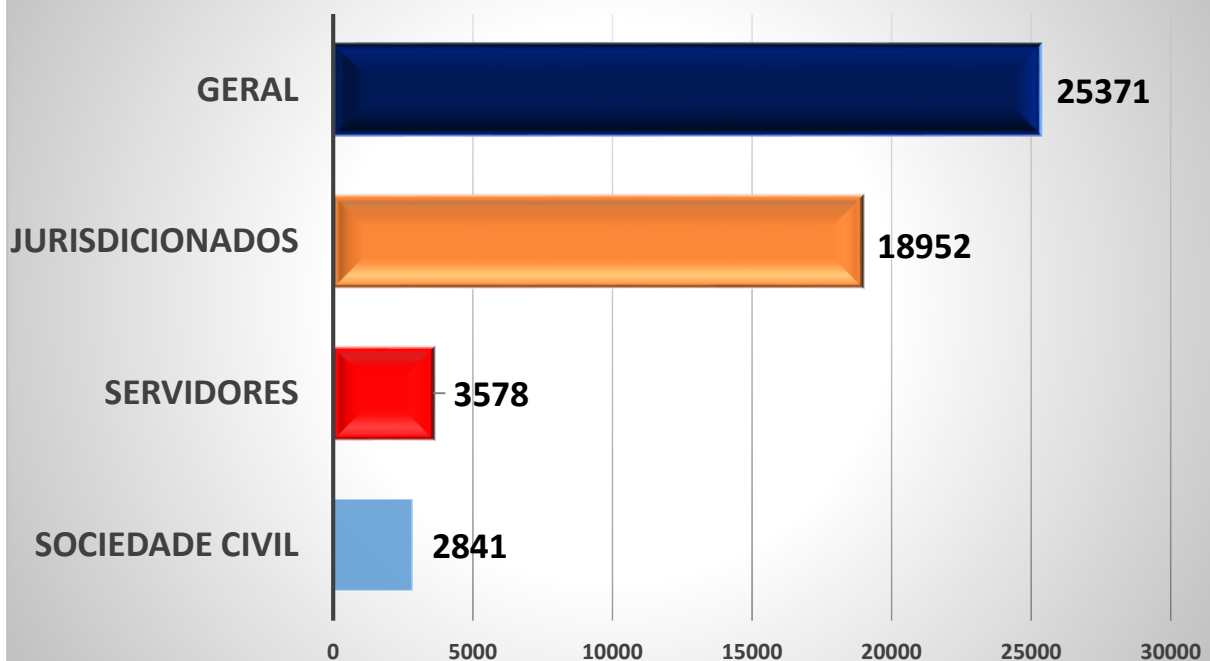
DEMONSTRATIVO GERAL DAS CERTIFICAÇÕES 2014/2015

No biênio 2014_2015 o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas atingiu **25371** certificações, onde 3578 são de servidores do TCE/AM, 2461 são jurisdicionados capacitados à distância, 10794 são jurisdicionados capacitados por formações presenciais no interior do Estado do Amazonas e 5697 foram certificados através de formações na capital do Estado. Além da inclusão de 2841 certificações, fortalecendo a formação democrática, para a sociedade civil.

CERTIFICAÇÕES BIÊNIO 2014_2015 - ECP/TCE/AM



CERTIFICAÇÕES BIÊNIO 2014_2015 - ECP/TCE/AM



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formações, capacitações e eventos organizados pela Escola de Contas Públicas enfocam as áreas de atuação do Tribunal de Contas e a Administração Pública. A Escola procura cumprir, sobretudo, a função de disseminação do conhecimento no âmbito da gestão pública, com ênfase na capacitação dos servidores do próprio TCE/AM e das entidades por ele fiscalizadas, além daquelas vinculadas à administração pública e, geral e de membros da sociedade civil.

Na perspectiva da aprendizagem e do crescimento organizacional, a Escola mantém uma visão de futuro, concretizada e almejada conforme a elaboração do PDI, a Escola planeja elaborar seu plano anual de capacitação sempre em consonância com a política de capacitação dos servidores, executar as atividades decorrentes da política de capacitação e treinamento interno e externo do Tribunal, promover e organizar ciclos de conferência, seminários, palestras e outros eventos assemelhados visando a consolidação de conhecimentos em parcerias com demais órgãos de fiscalização e controle, além de promover cursos de especialização, em nível de pós-graduação *latu sensu*.

Esta é a responsabilidade maior da Escola de Contas Públicas, impulsionar e desenvolver a função pedagógica do Tribunal de Contas, orientando seu quadro de servidores e jurisdicionadas para a prática de atos administrativos eficazes, através de programas de aperfeiçoamento e qualificação, e de estímulos à participação cidadã no processo fiscalizatório.

Segundo o Conselheiro Josué Filho, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas no biênio 2014/2015, o TCE não é uma casa de condenação ou reprovação, mas uma casa que orienta, capacita, ensina e oferece prazos para, somente depois, cobrar.